

Sistema de Graus do Ensino Superior

O Ministério da Educação lançou a discussão pública deste tema com um documento intitulado “A declaração de Bolonha e o sistema de graus de Ensino Superior – Bases para uma discussão” que foi divulgado a 9 de Novembro p.p.

Este é um tema que tem vindo a interessar a opinião pública em muitos países europeus e que tem levado à reorganização dos seus estudos universitários.

É de saudar que também em Portugal o tema seja finalmente posto em discussão. Para um correcto posicionamento desta discussão, deveremos reflectir sobre os benefícios que uma tal reestruturação poderá trazer ao sistema de ensino/aprendizagem português. A par do que a declaração de Bolonha chama “um sistema de graus de acessível leitura e comparação”, terá necessariamente de ser esta análise que enformará a orientação a dar à revisão do sistema português. Começemos assim por identificar alguns dos nossos problemas.

1. As formações superiores mais curtas – os bacharelatos – têm uma aceitação difícil em Portugal. As universidades abandonaram esta estratégia de formação; os institutos politécnicos mantêm-na (e com grande sucesso no mercado de trabalho) mas lutaram afincadamente até serem autorizados a dar o grau de licenciado em segunda etapa. O maior prestígio social e profissional do “Dr. & Engº “ leva os estudantes a preferirem aceder a cursos que dêem este tipo de saída mais longa.
2. O baixo rendimento do ensino superior em Portugal é um problema endémico e tradicional, tal como noutros países do sul da Europa. O chamado insucesso no nosso ensino superior é hoje muito mais baixo do que no passado mas a consciência social está agora muito mais alerta e menos tolerante deste desperdício. Na generalidade dos casos, os alunos ao terminar o secundário procuram inscrever-se nos cursos de maior prestígio social (ou de melhor retorno económico esperado) e este fenómeno natural e espontâneo é ainda agravado pelo sistema de *numerus clausus*: Não se inscrever no curso que a sua média permite pode ser visto como a perda de uma oportunidade! Depois, a vivência dentro da universidade ou instituto politécnico é muitas vezes bem mais dura do que o previsto: uma cultura por vezes pouco responsabilizante dos nossos jovens e agravada por métodos de ensino e de aprendizagem muito discutíveis conduzem a percursos irregulares, a transferências penalizantes e a desistências frustrantes.

3. É hoje universalmente reconhecida a necessidade de uma aprendizagem ao longo da vida o que, em alguns países mais avançados, alterou muito o perfil etário dos estudantes que frequentam o ensino superior e levou a uma alteração, por vezes radical, dos métodos de ensino/aprendizagem. Em Portugal, este caminho está mal iniciado e a actual equipa do Ministério da Educação mostrou já estar bem consciente disso. É o resultado de uma rede de formação profissional com algumas distorções e da má fama que o dinheiro barato sempre gera. Por outro lado temos instituições de ensino superior muito acomodadas ao seu público tradicional de jovens, tendo dificuldade em articular a passagem dessa tradição de ensino inicial sólido e longo para uma aprendizagem ao longo da vida flexível, focada no cliente individual e desenhada à medida e para o tempo deste cliente.
4. O discurso dos empregadores e o dos formadores universitários parece muitas vezes irreconciliável. Bem lembram os universitários o pedido insistente de um Agneli de que a Universidade dê aos jovens uma formação básica, sólida e abrangente pois que ele saberá melhor dar-lhes o perfil profissional desejado para cada posto de trabalho individual! Não é de estranhar que as pequenas e médias empresas que constituem a generalidade do tecido económico português tenham aspirações diferentes. Não têm muitas vezes a capacidade nem o tempo para ajustar um jovem licenciado a um perfil profissional específico e imediatamente em falta. Num mundo cada vez mais dominado pela procura, terão as instituições de ensino superior de dar alguns passos no sentido de se aproximar da realidade nesta distante margem atlântica sem sacrificar a sua função primordial de criadoras e transmissoras dos saberes e dos “saber fazer” mais básicos da humanidade.

Apontadas algumas áreas de dificuldade do nosso sistema de ensino superior deveremos procurar aproveitar a oportunidade do necessário ajuste às tendências gerais europeias para também atenuar alguns dos nossos problemas próprios. Por outro lado, a fase de consolidação de em que entramos depois do explosivo crescimento dos últimos vinte anos precisa de alguma re-orientação que esta reforma da estrutura de graus poderá ajudar. Em resposta aos problemas enunciados venho propor um quadro de reforma apoiado nos princípios que passo a formalizar.

1. Generalizar a oportunidade a dar a todos os jovens estudantes de uma formação profissionalizante curta. Embora se devam manter as formações profissionalizantes características dos bacharelatos actuais, deverão criar-se condições para que aqueles estudantes que iniciarem uma formação longa (o sonho de todo o jovem até aos 18 anos!) possam alterar a sua linha de formação à medida que conhecem um pouco melhor as alternativas ou encurta-la para entrar mais cedo numa profissão já com alguma formação específica.
2. insucesso estudantil é um fenómeno complexo e com uma tradição tão pesada entre nós que não pode ser subitamente eliminado sem alguma forma de “passagem administrativa”. É o resultado de uma certa forma de estar, de uma cultura universitária bem característica. Para o estudante que chega é mais importante participar em todos os eventos da recepção ao caloiro do que começar uma nova vida de estudo. Satisfeita esta componente e satisfeito o preceito de conhecer os cafés e bares da zona, fica pouco tempo para a criação e participação em outros interesses e motivações; a visita eventual à biblioteca universitária está muito abaixo da linha do horizonte. Do lado dos docentes, apesar da tradicional prelecção sobre boas práticas que constitui a “aula de apresentação” já não se espera um comportamento muito diferente, daquele que o próprio docente conheceu vinte ou trinta anos antes. Além disso, talvez não seja de bom tom reger uma disciplina que se presume fundamental para o conjunto curricular proposto sem reprovar uns 40% dos alunos; noutros tempos seriam uns 80%! Permitir aos estudantes uma saída antecipada do sistema de ensino mas equipados com um grau académico e, se possível, um título profissional é um objectivo que valerá bem uma reforma!
3. Não é fácil nem rápido converter instituições de formação inicial de jovens que lhes aparecem pela porta dentro todos os outonos, em instituições de formação de profissionais já adultos e conhecedores das suas necessidades e do valor do seu tempo.
Por outro lado o resultado de toda a alegre vivência dos primeiros anos da “Faculdade” só surge límpida quando o aluno “dá uma de real” e acorda para o desmoronar do seu sonho, mesmo quando se trata de um sonho em quinta prioridade. É então que se procura uma saída mais rápida mudando de curso ou desistindo (diz-se, interrompendo) e entrando na aventura da vida adulta. A necessidade de dar mais atenção a estes estudantes e de lhes proporcionar uma profissionalização é premente. Se as instituições o conseguirem, então terão aprendido a lidar com um público novo um público constituído por profissionais ou por aspirantes imediatos a profissionais. Ainda mais do que mudar a cultura dos alunos, o difícil é mudar a cultura dos docentes e das instituições. Contudo, ficou bem demonstrada nos últimos anos a capacidade de evolução das nossas instituições desde que sejam dados os estímulos correctos.

4. Como poderemos satisfazer os nossos empregadores sem desmontar a nossa estrutura de formação básica sólida e arriscar uma navegação à vista com pilotos académicos totalmente desconhecedores da costa? Tentemos o compromisso: Deixemos os nossos jovens de 18 anos optar pelo curso que a sua cabeça ou o seu coração prefira, mas demos-lhes oportunidades dignas para ajustarem os seus objectivos a meio do caminho. Se permitirmos às nossas universidades a criação de perfis profissionalizantes curtos com inserção obrigatória no mercado de trabalho (estágio) e as deixarmos competir pela atracção e selecção dos alunos veremos o milagre de venerandas academias terem convidados externos a apresentar aos nossos jovens um posto de trabalho real. Real e volúvel mas no ano seguinte já será outro o convidado a dar um outro treino para outra profissão.

Apresentados os princípios, passo a apresentar sumariamente as bases de uma proposta que, satisfazendo as preocupações apontadas acima, aproximará o nosso sistema do modelo mais reconhecido internacionalmente como nos é pedido, para permitir a transferência nacional e internacional dos alunos e facilitar a sua passagem ao mercado de trabalho europeu e mais além.

A . Designação dos graus.

Do ponto de vista do modelo, este ponto é irrelevante. Note-se, contudo que a adaptação dos empregadores a novas designações é extremamente lenta: O “chefe do serviço de pessoal” continuará a usar o modelo que conheceu “no seu tempo” e só muito lentamente incorporará as novidades. Aqui vou usar as designações inglesas mais tradicionais

BA – “Bachelor” na versão inglesa de Bolonha

MA – “Master” na versão inglesa de Bolonha

B. Duração dos cursos.

Para um BA o curso terá a duração mínima de 3 anos ou 180 créditos europeus (ECTS), podendo ter um acréscimo de meio ano ou 30 créditos.

Para um MA o curso terá a duração mínima de 4 anos, ou 240 créditos europeus, podendo ser definido como de 5 (ou mais) anos para certas disciplinas.

C. Diploma de estudos gerais (DEG).

Vamos ao sistema francês buscar a ideia de um DEG sem a categoria de grau nem, necessariamente, uma intenção profissionalizante que todas as instituições darão ao aluno que complete os dois anos iniciais de estudos.

As instituições ficarão livres de organizar os cursos BA e MA que entendam (satisfazendo as regras de avaliação e acreditação que sejam definidas) mas o aluno com o seu DEG poderá transitar para outra instituição que o aceite.

D. Diploma de estudos profissionalizantes (DEP).

Incentivam-se as instituições de ensino superior a criar cursos com a duração de um ano a ano e meio (60 a 90 créditos) com pendor profissionalizante (DEP) e incluindo um estágio em posto de trabalho de um a dois meses (6 a 12 créditos). As instituições fixarão as condições de admissão e de selecção dos candidatos (que terão sempre de possuir um DEG) e concederão no termo deste curso o grau de BA com um suplemento descritivo do trajecto do aluno.

O grau de BA poderá assim ser obtido de duas formas distintas: ou por frequência de um curso próprio de 180 a 210 créditos ou por realização sucessiva de um DEG e de um DEP.

E. Grau de BA.

Os cursos de BA poderão ser organizados de forma integrada para um mínimo de 168 créditos em ambiente académico e prefazer um total de 180 a 210 créditos ou por obtenção sucessiva de um DEG e um DEP.

F. Grau de MA.

Os cursos do MA poderão ser organizados de forma integrada para um mínimo de 240 créditos ou poderão aceitar alunos suplementares com um DEG aos quais definirão um plano de estudos com um mínimo de 120 créditos. Poderão ainda aceitar só alunos já detentores de um DEG. Os cursos de MA poderão incluir um estágio em posto de trabalho para além do mínimo de 228 créditos em ambiente académico. Poderão ainda frequentar um DEP opcional para além dos requisitos mínimos do MA.

Aos detentores de um BA integrado poderá propor-se um ciclo de dois anos (120 créditos) que poderá incluir já um estágio em posto de trabalho de 6 a 12 créditos para assim obterem um MA.

O modelo aqui proposto traz ao nosso sistema universitário as vantagens de uma complexidade e heterogeneidade características dos bem testados sistemas britânico e francês sem prejudicar a leitura muito clara do significado dos graus. Se tal for a orientação política, permite manter quase intacta a estrutura actual mas pôr nas instituições uma enorme pressão para a evolução no sentido da aproximação do mercado de trabalho sem diluir a seriedade e profundidade dos estudos universitários, particularmente nos anos iniciais. Se tal fosse o desejo das escolas ou a orientação política superior, poderia adiar a selecção dos alunos admitidos a Medicina que é hoje fortemente traumática e injusta.

Poderia admitir alunos ao que seria um tronco comum inicial de dois anos permitindo depois a selecção, e até mesmo a admissão, de alunos com outras formações iniciais se tal fosse considerado desejável para certas áreas ligadas à saúde. A interpretação desta proposta na linguagem de graus sucessivos e a discussão da sorte reservada aos actuais graus de Mestre e Doutor não cabe neste texto.

Consciente de algumas imperfeições da proposta, outras haverá que escapam ao autor. A participação na discussão poderá ajudar a esclarecer e, espera, contribuir para uma solução que induza uma melhoria qualitativa e aumento da competitividade e da atractividade internacional do ensino superior português.

Com o capital físico e humano acumulado nos últimos anos temos todas as condições para o conseguir.

José Ferreira Gomes
Universidade do Porto